

Setranspetro volta à Justiça pelo repasse do Vale-Educação

Demétrio do Carmo – especial para o Diário

O Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Petrópolis - Setranspetro - voltou a recorrer à Justiça para receber o pagamento do Vale-Educação. Em nova ação, a entidade pediu

o bloqueio de aproximadamente R\$ 1,9 milhão das contas da Prefeitura de Petrópolis. Segundo o sindicato, o repasse do mês de outubro - que deveria ter sido efetuado no último dia 20 de novembro - não foi realizado. A decisão homologada pela 4ª Vara

Cível de Petrópolis autorizou o sequestro dos recursos.

Os atrasos no repasse do subsídio têm sido recorrentes e, de acordo com o Setranspetro, colocam em xeque a qualidade do serviço oferecido. Ações anteriores, homologa-

das pela 4º Vara Cível, garantiram o pagamento do subsídio que deve ser pago até o dia 20 de cada mês.

A Prefeitura afirmou que tem feito um grande esforço para honrar os compromissos com servidores e fornecedores.

A administração municipal atribui os atrasos à grave crise fiscal enfrentada pela cidade e aos sucessivos bloqueios judiciais, que, segundo o governo, comprometem o fluxo de caixa e impedem a quitação imediata de todas as despesas.

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 11/12/2025

ATO PRE-LEG 015/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, E DE ACORDO COM O QUE ESTABELECE O ART. 26 DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE Art. 1º – Prorrogar o prazo, por mais 65 (sessenta e cinco) dias, dos trabalhos da COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL RECOMEÇO SEGURO – Ato PRE-LEG 011/2025, tendo em vista o Requerimento nº 10203/2025, aprovado na Sessão Ordinária de 02 de dezembro de 2025, de acordo com o que estabelece o parágrafo 5º do artigo 36 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis.

Art. 2º – Fica substituído o Vereador Dr. Aloísio Barbosa (PP), pelo Vereador Domingos Protetor (PP), devido sua licença. Art. 3º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de dezembro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, em 10 de dezembro de 2025.
Júnior Coruja
Presidente

ATO PRE-LEG 016/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, E DE ACORDO COM O QUE ESTABELECE O ART. 26, §7º, I, 'd' DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE Art. 1º – Substituir o Vereador Dr. Aloísio Barbosa (PP), pelo Vereador Domingos Protetor (PP), da Comissão Especial para Revisão e Modernização LOM, criada através do Ato PRE-LEG 003/2025, tendo em vista sua licença, e de acordo com a solicitação do Presidente da referida Comissão, no Processo ADM 1349/2025. Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, em 10 de dezembro de 2025.
Júnior Coruja
Presidente

ATA DA 51ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Pleno da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e dezoito minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Wesley Barreto que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Lida a ata anterior esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** Indicação Legislativa nº: 10298/2025 do Vereador Wesley Barreto; Indicação nº: 10201, 10202, 10204, 10207 a 10211, 10213, 10223, 10225 a 10230, 10231, 10272, 10274, 10279 a 10281, 10294 e 10295/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 10215 a 10217, 10238, 10242 a 10260 e 10277/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 10218, 10219, 10237, 10239, 10241, 10268 e 10270/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 10221/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 10234 e 10267/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 10278/2025 do Vereador Gil Magno; Indicação nº: 10296/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 10297/2025 do Vereador Junior Paixão; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Wesley Barreto solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em discussão e votação a Redação Final do Projeto de Lei nº: 560/2025 CMP (9792/2025); a Redação foi aprovada com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Damaceno; Registre-se a ausência da Vereadora Júlia Casamasso, o Vereador Léo França e a Vereadora Professora Lívia votaram contra a Redação; Registre-se o que o Projeto de Lei nº: 5841/2025 do Vereador Thiago Damaceno, recebeu pedido de vista pelo prazo de três sessões. Colocado em 1º discussão e votação o Projeto de Lei nº: 1358/2024 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Gil Magno, do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Tiago Leite; Colocado em 1º discussão e votação o Projeto de Lei nº: 7083/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Otávio Sampaio e do Vereador Thiago Damaceno; Colocado em discussão e votação única as Indicações nº: 1895, 1899, 1900, 3950, 3951, 4146, 4746, 4747, 4789, 5230, 5832, 5833, 5838, 6553, 6569, 6627, 7928, 7932, 8171, 8588, 8878, 10106 e 10177/2025; as Indicações foram aprovadas com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu e do Vereador Marquinhos Almeida; Terminada a **ORDEM DO DIA E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezesseis horas e trinta e seis minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em seguida. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins

ATA DA 52ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Pleno da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e trinta e seis minutos o Presidente, o Vereador Júnior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Wesley Barreto que realizasse a leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** GP Diversos nº: 612/2025 CMP (10328/2025); GP Diversos nº: 10329/2025 CMP (613/2025); GP Diversos nº: 10330/2025 CMP (614/2025); GP Diversos nº: 10331/2025 CMP (615/2025); GP Diversos nº: 620/2025 CMP (10359/2025); GP Diversos nº: 619/2025 CMP (10360/2025); GP Diversos nº: 617/2025 CMP (10361/2025); GP Diversos nº: 623/2025 CMP (10362/2025); GP Diversos nº: 621/2025 CMP (10363/2025); GP Diversos nº: 622/2025 CMP (10364/2025); Projeto de Lei nº: 9953, 10178 e 10368/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Projeto de Lei nº: 10340/2025 do Vereador Dudu; Projeto de Lei nº: 10352/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Projeto de Resolução nº: 9678/2025 da Vereadora Professora Lívia; Projeto de Resolução nº: 9699, 9700 e 9701/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Emenda Modificativa nº: 10353/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Requerimento de Informação nº: 10313 e 10314/2025 do Vereador Léo França; Requerimento de Informação nº: 10325/2025 da Vereadora Professora Lívia; Requerimento de Informação nº: 10348/2025 do Vereador Domingos Protetor; Indicação Legislativa nº: 10336, 10355 e 10365/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 10300 a 10305, 10307, 10308, 10311, 10318, 10337, 10339, 10341, 10342, 10344 a 10347, 10351, 10354, 10390 a 10392/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 5054/2025 do Vereador Gil Magno; Indicação nº: 10261, 10315 a 10317, 10319 a 10323 e 10327/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 10306, 10310, 10312, 10349 e 10350/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 10333, 10334 e 10335/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 10338 e 10343/2025 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 10356 e 10388/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 10367 a 10371, 10373 e 10374/2025 do Vereador Léo França; Indicação nº: 10387/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Indicação nº: 10389/2025 do Vereador Dudu; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Gil Magno solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em discussão e votação a Redação Final do Projeto de Lei nº: 1690/2025 do Vereador Léo França; e a Redação foi aprovada com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu e do Vereador Otávio Sampaio; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2098/2025 do Vereador Wesley Barreto; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Otávio Sampaio, do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Tiago Leite; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3146/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Coruja, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Tiago Leite; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3664/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Léo França e do Vereador Otávio Sampaio; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 10375/2025 do Vereador Tiago Leite; o Requerimento foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Domingos Protetor, do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Junior Paixão; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 7995/2025 do Vereador Tiago Leite; o Projeto foi aprovado com 13 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Junior Paixão; Colocado em 1ª discussão e votação a Emenda Aditiva nº: 8811/2025 do Vereador Dr. Aloísio; a Emenda foi aprovada com 12 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Junior Paixão; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3818/2024 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja e do Vereador Junior Paixão; Colocado em discussão e votação única as Indicações nº: 1892, 1893, 2157, 4137, 4140, 4141, 4845, 4886, 4888, 5899, 5900, 5904, 6661, 6700, 6772, 8133, 8170, 8247, 8855, 8864, 8874, 10169 e 10170/2025; as Indicações foram aprovadas com 15 votos; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: 1) **LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Iniciou então sua abordagem sobre o acordo pactuado e homologado entre a Prefeitura, os dois sindicatos o SEP e o SISEP e o juiz da 4ª Vara, Dr. Jorge Martins. Informou que, no dia 28 de novembro, houve audiência em que o prefeito apresentou uma proposta e um calendário, prevendo o pagamento dos servidores no quinto dia útil que cor-

responderia ao dia seguinte e o pagamento do 13º salário para o dia 19. Relatou que, ao conversar com servidores naquele dia, percebia a apreensão e preocupação geral, uma vez que ainda não havia um comunicado oficial do governo. Afirmou ter dito aos servidores que, se o prefeito levou a proposta ao Judiciário, é porque deverá cumpri-la, já que acordos judiciais existem para serem cumpridos. Dirigindo-se ao vereador Domingos, manifestou expectativa de que o prefeito gravasse um vídeo ainda naquela data, posicionando-se e garantindo o pagamento no dia seguinte. Acrescentou que seria importante que o prefeito, como líder do governo, realizasse pelo menos um pronunciamento semanal, trazendo esperança e conforto aos servidores, especialmente diante da dificuldade enfrentada no ano. Destacou que o governo se comunicou pouco e visitou poucas instituições, e que há problemas internos, incluindo secretários que não dialogam entre si e até fazem críticas uns aos outros, dificultando minimamente a construção de projetos para a cidade. Prosseguiu dizendo que, formado politicamente na escola do ex-prefeito Rubens Bontempo, tem orgulho de defender sua gestão. Declarou conhecer bem as dificuldades e armadilhas enfrentadas pelo ex-prefeito no passado, inclusive a retirada do ICMS, que considerou uma covardia com a cidade. Mencionou ter assistido recentemente a um vídeo nas redes sociais em que o ex-prefeito, junto do secretário de Fazenda Paulo Patrúlia e do procurador municipal, presta contas à população no último dia de governo, demonstrando transparência ao informar o pagamento da folha, do 13º salário, dos aposentados e dos processos pendentes. Afirmou que essa transparência falta ao governo atual, que, segundo ele, demonstra pouca disposição para se comunicar com a cidade. Avaliou que muitas crises decorrem justamente da ausência de ação e união dentro do governo, que deveria apresentar a realidade financeira com verdade e responsabilidade. Ressaltou que, diante da penúria financeira, é preciso encarar o problema de frente, fazer cortes necessários em contratos, cargos comissionados e despesas em geral, alertando que, sem isso, o município não conseguirá fechar as contas de dezembro. Crítico o fato de decretos terem sido publicados sem resultados concretos, prejudicando a cidade. Destacou ainda que, até aquele momento, a Prefeitura não havia pago aposentados e pensionistas, e que muitos permaneciam sem receber, justamente às vésperas do quinto dia útil. Finalizou afirmando que espera, no dia seguinte, encontrar os servidores com os salários em dia e adverteu que, caso isso não ocorra, será necessário adotar outro posicionamento. Agradeceu e despediu-se. 2) **DOMINGOS PROTETOR, PP** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Afirmou ter ouvido atentamente a fala do vereador Léo França e garantiu a Sua Excelência que tudo o que é acordado será cumprido. Declarou ter certeza de que o governo honraria as obrigações pactuadas até o quinto dia útil, assegurando que, caso contrário, poderia ser cobrado na terça-feira. Em seguida, dirigiu-se ao presidente e afirmou que Petrópolis vive um momento muito difícil. Relatou que, na segunda-feira, participou de uma audiência pública presidida pelo vereador Wesley Barreto, que conduziu os trabalhos de forma brilhante. Na ocasião, comerciantes da Rua Teresa, do Bingen e do Centro Histórico relataram a importância dos eventos realizados na cidade para o fortalecimento da economia local. Ressaltaram que, além da indústria Celma uma das poucas grandes ainda existentes o turismo é hoje a principal indústria do município. Destacou que é imprescindível valorizar o turismo, promovendo as atrações locais, como o Museu Imperial, cuja retomada do projeto *Som e Luz* elogiou. Cumprimento também a iniciativa privada pela realização de eventos como o "Lapa Sobe a Serra" e outros, nos quais a Prefeitura, segundo ele, não investiu recursos do próprio cofre. Mencionou ainda a boa notícia de que a formatura da Faculdade de Medicina ocorreria no Quitandinha, trazendo grande movimento para a cidade. Reforçou que, quanto mais eventos forem realizados, maior é a geração de renda para trabalhadores e empresários que dependem desse fluxo. Citou que, no último fim de semana, com diversos eventos, a rede hoteleira alcançou 89% de ocupação e mais de 120 ônibus de turismo circularam no sábado, impulsionando a economia local. Relatou que, enquanto tomava café no Centro, ouviu de populares o questionamento sobre a ausência das luzes de Natal e da tradicional decoração da cidade. Explicou que essa situação gera críticas em qualquer cenário: quando há decoração, dizem que não deveria ser prioridade; quando não há, cobram a sua ausência. Ressaltou que, em razão da grave crise financeira, não foi possível realizar o Natal Imperial que Petrópolis merece neste ano. Ao conceder aparte, ouviu o vereador Léo França discordar, ainda que dentro da boa política. O vereador afirmou ser favorável aos eventos, mas ressaltou que, diferentemente do que foi dito, há sim custo para o município, já que servidores da COMDEP, da Prefeitura e da Guarda Municipal prestam serviços de coleta de lixo, ordenamento e trânsito durante os eventos, o que representa grande custo público. Na visão dele, em tempos de crise, é necessário cobrar dos organizadores que assumam integralmente a segurança, a limpeza e a recomposição dos espaços públicos. Como exemplo, citou o gramado em frente à Câmara e o Palácio de Cristal, deteriorados após eventos que não repuseram o dano, deixando a conta para a cidade. Respondeu concordando parcialmente, afirmando que, para manter o ordenamento urbano e garantir o mínimo de estrutura, é imprescindível alguma atuação da Prefeitura. Disse que, sem isso, os eventos não funcio-

riam. Quanto ao gramado, afirmou que os problemas vinham sendo discutidos desde o ano anterior e questionou se o vereador já havia cobrado do evento Degustate a recuperação do espaço. Argumentou que, se fossem suprimidos todos os eventos por risco de desgaste do gramado, inviabilizar-se-ia o desenvolvimento turístico. Defendeu que é necessário haver coerência e algum sacrifício administrativo para que eventos continuem ocorrendo. Reforçou que, enquanto o governo não investe grandes quantias nos eventos, deve ao menos garantir mínima estrutura. Continuando sua argumentação, lembrou que a mobilidade e o ordenamento público são funções essenciais do poder público e citou notícia do Diário apontando que, nos eventos do último fim de semana, a prefeitura havia obtido desempenho de excelência. Destacou a atuação integrada da Guarda Municipal, CPTRANS, Polícia Militar e cavalaria, ressaltando que o jogo do Flamengo, citado anteriormente pelo vereador, teve grande público, mas ocorreu sem tumultos ou incidentes devido à organização e presença dos órgãos públicos. Enfatizou que eventos de grande porte exigem o apoio do poder público e que isso é inevitável. Ressaltou que o turismo representa ocupação hoteleira de até 90% em alguns eventos e movimentação comércio, restaurantes e até postos de gasolina. Reforçou que esse é também o sentimento da população, que deseja ver a cidade ativa e com programação cultural e turística consistente. Afirmou ainda que o secretário Adenilson vem desempenhando bom trabalho na área cultural, promovendo diversos eventos, muitos deles com custo zero para o município. Disse que o diálogo com o vereador Léo França é importante e construtivo, pois permite rever práticas, aprimorar ações e buscar soluções conjuntas. Concluiu afirmando que é com debate, observação e cooperação que a cidade avançará. Agradeceu e despediu-se. 3) **PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Afirmou que seria importante que a base do governo estivesse presente naquele momento na tribuna, para que pudesse levar ao Executivo as considerações apresentadas. Em seguida, tratou do processo de eleição de diretores e diretoras das escolas e centros de educação do município, previsto para ocorrer no dia seguinte. Explicou que integra o Conselho Municipal de Educação e, na formação da comissão responsável pelo processo eleitoral, solicitou que fosse considerada a representação da Câmara Municipal, o que não foi atendido. A Secretaria de Educação montou a comissão, publicou o edital no dia 9 de setembro e iniciou o cronograma, mas, segundo a vereadora, não seguiu uma data claramente definida para a realização da eleição, apresentando falta de transparência. Os recursos protocolados não receberam respostas formais, e toda a comunicação se dava apenas por um grupo de WhatsApp, sem publicações oficiais, como a etapa final do processo no Diário Oficial. A eleição, que inicialmente seria no dia 28, foi adiada para 5 de dezembro, o que, para ela, revela uma sucessão de prorrogações injustificadas. O ponto mais grave, conforme ressaltou, é que a eleição ocorreria no dia seguinte, mas as nomeações só seriam feitas em fevereiro. Ela questionou quem estaria na direção das unidades escolares durante o mês de janeiro, especialmente porque muitas escolas de educação infantil são acionadas como pontos de apoio durante esse período. Segundo relatou, o processo possui cinco etapas e, na última delas, 59 diretoras tiveram suas inscrições indeferidas e entraram com recurso. Destas, 15 tiveram o pedido negado e não poderiam participar da eleição. Argumentou que, se não estavam aptas sequer a concorrer, não deveriam permanecer concluído o ano letivo nas direções das unidades. Diante da falta de clareza nos indeferimentos, ela colocou a comissão eleitoral em suspensão. Afirmou que os ofícios enviados à Secretaria de Educação não estão sendo respondidos, o que considera uma falta de respeito à Comissão de Educação da Câmara e às próprias diretoras e diretores. Para ela, a ausência de transparência compromete tanto as candidaturas habilitadas quanto as inabilitadas, prejudicando todo o processo. Também destacou que muitas candidatas que recorreram não tiveram tempo suficiente para realizar campanha, o que inviabiliza uma eleição justa. Por isso, defendeu que todo o processo eleitoral seja colocado em suspensão, considerando-o incompatível com uma gestão democrática. Afirmou que essa postura representa uma falta de respeito não apenas às servidoras que se dispõem a assumir a direção das escolas, mas à comunidade escolar como um todo, uma vez que muitas comunidades perderão diretoras com quem mantinham vínculo. Acrescentou que pretende saber se a prefeitura cumprirá os critérios previstos no plano de cargos, carreiras e salários para as nomeações, lembrando que há diretoras recém-nomeadas que, segundo ela, não cumprem os requisitos legais. Ressaltou que a gestão atual não está cumprindo o plano de cargos, carreiras e salários da educação. Ao avançar no tema dos servidores, a vereadora afirmou que nunca houve tanto desrespeito quanto na atual gestão, destacando que o décimo terceiro não foi pago na data e que os servidores não têm garantia de que receberão o salário previsto para o dia seguinte. Ela relatou que recebe inúmeras mensagens pedindo informações, pois a prefeitura não oferece qualquer certeza sobre o pagamento. Para ela, é "impressionante" como a administração descumpra tanto a legislação quanto decisões judiciais. Declarou que muitos servidores têm medo de denunciar essas situações, pois relatam sofrer perseguição, especialmente na área da educação. Comentou também que trabalhadores da capital e do regime RPA enfrentam atrasos recorrentes, falta de vale-transporte e situações que se agra-

vam na proximidade do período de férias escolares, quando a prefeitura "lava as mãos". Fez então um vínculo com acontecimentos recentes, lembrando o assassinato de duas mulheres da comunidade escolar no Rio de Janeiro, ocorrido no mês de novembro, dentro do CEFEF, em um ataque misógeno. Mencionou que o país está no encerramento da campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, e que, em Petrópolis, a prefeitura demonstra cada vez menos compromisso com esse enfrentamento. Afirmou que a desmobilização da Secretaria da Mulher gerou prejuízos concretos. Como exemplo, relatou que, em outubro, esteve no Ministério das Mulheres para acompanhar recursos destinados ao município, dentre eles um edital conquistado em 2023 para implantação de duas lavanderias comunitárias, uma no Vicenzo Rivetti e outra no Serinha. Petrópolis foi a única cidade do estado do Rio de Janeiro contemplada. Entretanto, segundo ela, o município corre o risco de perder o recurso por inércia da gestão ao longo de 2025. Destacou que houve outro edital para estruturar a Secretaria da Mulher, para o qual o município sequer se inscreveu por falta de equipe capacitada para planejar e formular políticas. Para ela, quando a gestão se limita a "apagar incêndios", não há quem pense o futuro. Com isso, a prefeitura perdeu a oportunidade de adquirir equipamentos, como veículos, para reforçar a estrutura da pasta. Relatou também que a equipe do Ministério das Mulheres esteve em Petrópolis nos dias anteriores, atualizando informações sobre o processo. A prefeitura precisa cumprir diversas etapas e garantir a contrapartida municipal de apenas doze mil reais, valor mínimo se comparado aos quase setecentos mil já destinados à cidade. Mesmo assim, a gestão ainda não formalizou esse compromisso, o que, segundo a vereadora, revela o baixo nível de prioridade dado às políticas para mulheres. Para ela, esse valor é muito inferior ao salário do prefeito, o que torna ainda mais injustificável a falta de contrapartida. A vereadora concluiu afirmando que a prefeitura precisa cumprir suas responsabilidades para garantir a implantação das lavanderias, que representam uma entrega fundamental para as mulheres da cidade. Reforçou que o recurso é fruto do compromisso do presidente Lula com Petrópolis e do trabalho realizado ainda na gestão do ex-prefeito Rubens Bontempo, por meio da então Secretaria da Mulher, sob a coordenação de Tai Justen e sua equipe. Acrescentou que, se não fosse esse trabalho, nem haveria Secretaria da Mulher para a atual gestão desmontar. Agradeceu e despediu-se. 4) **JULIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou a importância das lavanderias públicas e recordou que o município possui uma lei de sua autoria que garante essa política pública voltada especialmente para as mulheres. Ressaltou que são as mulheres que, majoritariamente, desempenham as tarefas domésticas, e por isso o poder público precisa adotar medidas que desonerem e socializem o trabalho de cuidado. Defendeu que o município avance também em outras políticas estruturantes, como a ampliação de centros de educação infantil em tempo integral, escolas de educação integral e a implantação efetiva das lavanderias públicas. Afirmou ser positivo ver que a política das lavanderias começa finalmente a ser implementada na prática, mas reforçou a necessidade de que seja resguardada a lei municipal que trata do tema. Pontuou que essa lei já estabelece diretrizes e encaminhamentos específicos, incluindo a participação de mulheres das próprias comunidades no funcionamento das unidades, como meio de gerar renda, fortalecer a economia local e promover autonomia. Lembrou que, em 2023, durante a elaboração da LOA de 2024, o Legislativo destinou verba para a implementação das lavanderias, cuja execução, segundo ela, ocorre com atraso. Ressaltou ainda o papel da ex-secretária Thaíse, que, à época, promoveu articulações importantes para que esse projeto saísse do papel, devendo ser reconhecida por essa contribuição. Diante disso, afirmou que enviará um requerimento de informação à Secretaria da Mulher para esclarecer como se dará a implementação das lavanderias, de que forma serão instaladas nos bairros e como funcionará a política na prática, garantindo que esteja de acordo com a lei municipal que estabelece a lavanderia pública como política permanente. Observou que, embora voltada especialmente às mulheres, a política beneficia toda a população, pois todas as famílias necessitam de roupa limpa; entretanto, o foco da desoneração precisa ser reconhecido, já que o trabalho doméstico recai principalmente sobre as mulheres. Enfatizou que essa política tem grande relevância social e precisa ser compreendida em seus detalhes de execução, para que se consolide como política pública de caráter permanente e de acolhimento. Na sequência, tratou da reapta do reajuste do IPTU, votada na sessão. Relatou que houve grande confusão ao longo do processo, como já havia apontado em sessões anteriores. Explicou que a lei que autorizou o aumento de 5,17% no talão do IPTU foi sancionada antes mesmo de a redação final ser votada pela Câmara, aprovação que só ocorreu no dia daquela sessão. O mais grave, segundo ela, foi o fato de que os talões foram impressos e entregues à população antes da própria sanção, ou seja, antes de a lei existir formalmente. Para ela, esse fato precisa ser investigado, pois configura uma desorganização que prejudica diretamente o contribuinte. Reiterou que o IPTU é a principal fonte de arrecadação do município, responsável por sustentar a administração e garantir o pagamento dos servidores. Contudo, afirmou que não se pode acreditar que o simples aumento do imposto resolverá os problemas financeiros da prefeitura ou garantirá o equilíbrio de 2026. Defendeu a necessi-

dade de ampliar a receita de forma estrutural e sustentável, começando pela revisão da planta genérica de valores, já que há imóveis pagando valores incompatíveis com suas características, enquanto muitas comunidades querem a regularização fundiária justamente para poder contribuir e receber mais infraestrutura. Destacou ainda a urgência do georreferenciamento atualizado e da revisão do cadastro imobiliário, incluindo casos de grandes mansões que pagam ITR em vez de IPTU, o que representa significativa perda de arrecadação. Argumentou que é inviável manter aumentos anuais do IPTU sem corrigir essas distorções estruturais. Afirmou que o município precisa também revisar a forma de arrecadação do ISS, especialmente diante da reforma tributária, que alterará a distribuição futura da receita. Explicou que, com a mudança, a média de arrecadação de ISS entre 2019 e 2026 determinará a receita que o município receberá entre 2029 e 2077. Assim, se a média permanecer baixa, Petrópolis sofrerá impactos por décadas. Destacou que esse período engloba justamente a alta temporada, como a Bauernfest, quando a cidade recebe grande fluxo de turistas, o que exige maior eficiência na arrecadação. Defendeu o recadastramento e a revisão do ISS como medidas imprescindíveis para evitar perdas significativas no futuro. Concluiu afirmando que o município precisa atualizar a planta genérica de valores, regularizar imóveis que pagam ITR, reforçar justiça tributária e garantir uma arrecadação robusta. Apenas assim será possível manter os pagamentos e os servidores. Encerrando sua fala, lembrou que o dia seguinte seria o quinto dia útil e reiterou a cobrança para que todos os servidores e aposentados recebam seus salários, lembrando que se tratam de verbas alimentícias. Disse que continuará lutando e cobrando até que todos os pagamentos sejam regularizados. Agradeceu e despediu-se. 5) **THIAGO DAMACENO, PSDB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Expressou sua preocupação diante das notícias que têm sido veiculadas de maneira cada vez mais corriqueira sobre o modo de atuação que o tráfico de drogas vem assumindo no país e sua influência dentro das instâncias políticas. Ressaltou que esses episódios têm ocorrido em diversas cidades e, na semana em questão, novamente no estado do Rio de Janeiro, com a prisão do presidente da Assembleia Legislativa, cuja principal acusação parece estar relacionada ao envolvimento com o tráfico de drogas. Para ele, esses fatos demonstram como o crime organizado tem se enraizado nas instituições. Destacou que, como defensores da democracia, do funcionamento adequado das instituições e de uma sociedade baseada na Constituição e na legalidade, não se pode silenciar diante dessas notícias. Segundo ele, hoje está muito claro que o tráfico de drogas também passou a adotar práticas antes associadas principalmente às milícias, sustentando grande parte de sua renda não apenas na venda de entorpecentes, mas no controle territorial, na manutenção de políticas de medo, na cobrança de taxas e na restrição do direito de ir e vir dos cidadãos. Observou que esses reflexos já são percebidos dentro das instituições formais, alcançando inclusive os mais altos níveis, com a criação de empresas e bancos utilizados exclusivamente para lavagem de dinheiro. Ressaltou ainda que o crime organizado tem se estruturado para apoiar candidaturas políticas em todas as esferas, algo que, em sua visão, não pode ser ignorado. Afirmou que não poderia deixar de registrar sua inquietação, especialmente porque, quando esse tipo de assunto é tratado, muitos têm a impressão de que se trata de algo distante, o que não corresponde à realidade. Relatou que, nos últimos dez dias, recebeu informações sobre uma mensagem que circulou em grupos de WhatsApp de bairros da cidade, contendo uma suposta ameaça indicando que políticos não poderiam frequentar determinada bairro de Petrópolis, especificamente o Independência. Embora a mensagem não estivesse assinada, o que impossibilita determinar sua origem, ele observou que seu teor se assemelhava ao modo de agir identificado em outras cidades. Por esse motivo, ele destacou a importância de que as autoridades de segurança, o Poder Executivo municipal, o Poder Judiciário e, em especial, o Tribunal Eleitoral estejam atentos a essa situação, assim como esta Casa Legislativa, a fim de garantir o exercício pleno do direito de ir e vir, o livre exercício da política e da cidadania e todas as garantias previstas pela Constituição. Concluiu afirmando que seu pronunciamento tinha o propósito de trazer o tema à discussão e reforçar que, no âmbito de seu mandato, não haverá silêncio diante de fatos como esses. Reiterou seu compromisso em permanecer vigilante, por entender que, apesar de suas imperfeições, a democracia ainda é o melhor modelo existente na sociedade. Ressaltou que defendê-la é uma tarefa diária, que exige atenção constante, para evitar que o crime organizado avance, domine territórios, influencie instituições públicas e coloque a nação a serviço de seus interesses, em detrimento do cidadão e da Constituição. Por fim, afirmou ser fundamental que todas as vozes se somem a esse esforço para impedir esse avanço e permitir que o país siga em direção ao progresso. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS, E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito horas e cinquenta e dois minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia nove de dezembro às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins